

## **Uma Abordagem sobre os *Serviços* no recente desenvolvimento regional brasileiro**

Ricardo Azevedo Silva

### **RESUMO**

Esse artigo busca analisar e discutir algumas questões referentes ao papel dos Serviços no desenvolvimento da economia brasileira sob a ótica regional, seus efeitos sob a '*espacialidade*' da riqueza e prováveis conseqüências para as regiões brasileiras mais atrasadas em termos de geração de riqueza e emprego. No caso da experiência brasileira, o desenvolvimento do Terciário no contexto da reestruturação econômica teve participação importante. A economia nacional foi palco de grandes transformações, nas quais os serviços modernizados e mais dinâmicos têm desempenhado um papel decisivo. O reordenamento da economia nacional e as novas formas de inter-relacionamento setorial vêm exercendo efeitos sobre a localização de muitas atividades econômicas. Os dados disponíveis indicam que as regiões e os estados mais desenvolvidos (notadamente os que apresentam as maiores estruturas industriais) continuam mantendo peso expressivo no PIB e no total das ocupações do Terciário nacional. A análise dos dados sobre o crescimento do Terciário no Brasil nos leva a crer numa forte interdependência dos serviços com o desempenho da Indústria e da Agricultura. Não há razão para supor que tenha havido uma autonomização, como pode parecer a alguns analistas, que aponte para uma "economia auto-suficiente dos serviços" – isto é, para um rearranjo no qual o Terciário passe a ditar a dinâmica e o sentido do desenvolvimento capitalista. A evolução das ocupações mostra um crescimento maior justamente dos serviços produtivos, fortemente influenciados pelas atividades produtivas industriais e agroindustriais. Isso não quer dizer que a sinergia de determinados serviços e outros setores da economia não tenha aumentado consideravelmente na última década. Por isso, a necessidade de uma política setorial e regional articulada que permita incorporar ao recente crescimento o desenvolvimento social.

### **PALAVRAS- CHAVE**

Setor Serviços - Desenvolvimento Regional – PIB - Emprego

**TITLE**

One approach to Services role on the Brazilian recent regional development.

**ABSTRACT**

This paper seeks to analyze and to argue some questions referring to the role of services in the development of the Brazilian economy under the regional point of view, its effect under the 'spaciality' of the wealth and the consequences for the less developed Brazilian regions in terms of generation of wealth and occupation. In the Brazilian experience, the development of the Tertiary sector, in the context of the economic reorganization, had important participation. The national economy was stage of great transformations, in which the modernized and more dynamic services have played a decisive role. The rearrangement of the national economy and the new forms of sectorial Inter-relationship have exerted effect on the localization of many economic activities. The available data indicate that the more developed regions and states (notedly the ones that hold the biggest industrial structures) continue maintaining expressive weight in the GIP and in the total of the national Tertiary sector occupations. The analysis of the data on the growth of the Tertiary sector in Brazil shows a strong interdependence of the services with the performance of the Industry and the Agriculture. There is no reason to assume that there has been an independence, as can interpreted by some analysts, that points to a "self-sufficient services economy" - that is to say, a rearrangement in which the Tertiary sector starts to dictate the dinamic and the direction of the capitalist development. The evolution of the occupation shows a higher growth precisely on the productive services, strongly influenced by the Industrial and Agro-industrial productive activities. This does not mean that the synergy of certain services and other economic sectors have not increased considerably in the last decade. Therefore, there is a need for articulated sectorial and regional politics that allow the incorporation of social development to the recent growth.

**KEYWORDS**

Services Sector – Regional Development –GDP - Occupation

## 1. Introdução<sup>1</sup>

Apesar de apresentar peso elevado em grande parte das economias capitalistas, seja em relação ao PIB seja em relação ao emprego, o Terciário é o setor menos estudado no meio acadêmico e, por consequência, o menos compreendido da economia, mas que vem sendo alvo de interesse de estudos recentes diante de sua crescente importância econômica.

Especialmente nos países subdesenvolvidos, inclusive no Brasil, há menor disponibilidade de séries estatísticas e, até bem pouco tempo, eram poucos os estudiosos envolvidos com esse macro-setor. Contribui para a dificuldade nos estudos, a complexidade e a diversidade que o Terciário apresenta em economias subdesenvolvidas e periféricas e, no caso brasileiro em particular, as diferentes estruturas regionais colocam dificuldades específicas em torno do tema. A todas essas questões uma de ordem geral, recorrentemente apontada pela literatura: as dificuldades metodológicas para a classificação das atividades do Terciário.

Até então tem se apresentado um relativo consenso entre os pesquisadores: primeiro, nosso terciário frente aos outros dois macro-setores (Agricultura e Indústria) é o que mais cresce, respondendo por mais de 60% do PIB brasileiro; segundo, o Terciário, embora gere um volume expressivo de emprego, em geral é um setor de baixa capitalização, atrasado e com baixa produtividade, gerando empregos precários na maior parte dos casos.

Outra questão que se coloca é a qualidade desse terciário: este tem formado/abrigado setores dinâmicos capazes de gerar encadeamentos positivos ou mesmo estimular/impulsionar (“induzir”) a economia brasileira? Ou, ao contrário, seu crescimento tem se dado principalmente em atividades mais intensivas em força de trabalho (e pouco qualificadas) vinculadas principalmente a maior dispersão urbana verificada no Brasil nas últimas décadas? A essas duas questões relaciona-se uma terceira: qual tem sido a dinâmica regional recente dos serviços no Brasil?

Mas a complexidade do Terciário torna seu estudo muito difícil. Além da dificuldade metodológica de definição e classificação do setor, no caso brasileiro os obstáculos são ainda maiores dada a heterogeneidade estrutural que marca sua economia, com a conformação de

---

<sup>1</sup> Vale lembrar que este artigo é fruto de várias pesquisas anteriores, a saber: SILVA, R. A. (2002) Reconfiguração das Atividades Produtivas na Década de 1990. In: DIEESE & CESIT (org.) Emprego e desenvolvimento tecnológico: estudos Dieese/Cesit. São Paulo: Dieese; Campinas: Cesit. CD-ROOM. (coordenado por Dedecca, C. S.); SILVA, R. A. (2005) Perfil e Reordenamento das Atividades Terciárias na Década de 1990 no Brasil. In: Mercado de Trabalho e Modernização no Setor Terciário Brasileiro: estudos DIEESE/CESIT. São Paulo, DIEESE – Campinas, CESIT. CD-ROOM; SILVA, R. A. Evolução Recente do Terciário no Brasil. (Tese de doutorado em andamento sob orientação de Dedecca, C. S.) e; MACEDO, F. C.; et. alli (orgs). Economia Paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005. Campinas: Ed. Alínia, 2007.

um terciário de características complexas, abarcando atividades bastante diferenciadas, incluindo uma ampla gama ligada a práticas de sobrevivência urbana, muitas vezes não captadas nas estatísticas disponíveis e que são fundamentais para reprodução das camadas mais pobres. Para o entendimento do Terciário brasileiro seria necessário um conjunto de estudos bastante extenso. De tal forma, se faz necessário diversos levantamentos de dados e abordagens diante da importância de contornar as limitações existentes e unir esforços aos estudos que vêm sendo realizados recentemente. Uma análise regional incluindo o mercado de trabalho envolveria uma série de estudos e desdobramentos que vão além de um texto como esse. Pretendemos, tão somente, contribuir para uma melhor compreensão do Terciário partindo de uma reflexão sobre as transformações recentes da economia brasileira, e fazendo uma análise regional de dados de geração de produto/riqueza (PIB) e também de geração de ocupações.

Esse artigo buscou levantar algumas questões referentes ao papel dos serviços no desenvolvimento da economia brasileira sob a ótica regional, seus efeitos sob a ‘espacialidade’ da riqueza e prováveis conseqüências para as regiões brasileiras mais atrasadas. Procurou-se contribuir para esclarecer melhor as características dos setores do terciário nacional, destacando a geração de renda e emprego. Para tal, esse artigo foi dividido em quatro partes: 1ª) Essa introdução que levanta o problema a ser pesquisado e compõe a primeira seção. 2ª) Na terceira parte é feita uma discussão sobre as transformações recentes do Terciário Brasileiro e suas implicações para dinâmica da economia Brasileira, onde é feita uma reflexão sobre os efeitos regionais do recente reordenamento da economia brasileira da década de 1990, destacando o papel dos serviços nesse processo de reordenamento e os rebatimentos regionais. 3ª) Na quarta parte, fazemos uma análise de dados sobre a geração de riqueza baseada na evolução regional do PIB e das ocupações no setor Terciário brasileiro. 4ª) Por fim, são feitas algumas considerações finais, onde são apresentadas algumas conclusões e discutida as implicações dos aspectos estudados para a economia brasileira.

## 2. Transformações Recentes no Terciário Brasileiro e implicações para dinâmica da economia Brasileira.<sup>2</sup>

O padrão de organização espacial do país foi impactado pelas mudanças no cenário político-econômico da década de 1990 que afetaram profundamente as atividades produtivas nas diferentes regiões brasileiras. A maior abertura econômica provocou impactos regionais importantes, a partir do processo de reestruturação produtiva. Dentre os principais traços deste destacam-se: ajuste defensivo, **pautado em expressivo aumento de produtividade via redução de custos, notadamente do trabalho**; introdução de inovações organizacionais e melhoria dos sistemas de qualidade em busca de maior eficiência no processo produtivo; terceirização de atividades e especialização produtiva e; - crescente utilização de insumos importados.<sup>3</sup> Foi expressivo o aumento da penetração das importações na oferta doméstica. Numa economia continental fortemente integrada, a maior penetração das importações representou quebra de elos importantes de cadeias produtivas tensionando as integração regional da economia brasileira.<sup>4</sup> No geral, o mercado de trabalho foi afetado negativamente, com impactos regionais específicos.<sup>5</sup>

Nesse contexto, **a eficiência microeconômica prevaleceu sobre as estratégias macroeconômicas de desenvolvimento sócio-econômico, regional, industrial e de fortalecimento do capital nacional.** Do ponto de vista setorial, a política econômica privilegiou as forças do mercado, enquanto determinante do processo de modernização do parque produtivo, induzindo a uma reestruturação que adotou o padrão tecnológico internacional, sem a necessária internalização no país de capacidade para inovar. Do ponto de vista regional, regiões produtoras de bens intensivos em recursos naturais para exportação se beneficiaram da maior internacionalização da economia brasileira, resultando em taxas de crescimento acima da média nacional.

Sob a ótica do emprego, o mercado de trabalho foi severamente atingido como mostraram diversos estudos da área. A tônica da década foi o desemprego e a deteriorização das condições de uso e de remuneração da força de trabalho, com achatamento da remuneração e aumento da informalização. Segundo dados copilados da PNAD<sup>6</sup>, entre 1992 e

---

<sup>2</sup> Essas seção é baseada em grande parte em Silva, 2002 e 2005.

<sup>3</sup> ver HAGUENAUER et alli, 2001; ver também os Estudos setoriais do Neit e Cecon/Unicamp, e ainda SILVA, 2002 e 2005.

<sup>4</sup> Ver Guimarães (2002).

<sup>5</sup> Ver Guimarães (2002).

<sup>6</sup> Especialmente nos setores intermediários e em bens de capital, cujas cadeias produtivas foram as que sofreram maiores esvaziamentos devido, não só devido à substituição da oferta local de importantes segmentos intermediários por importações, como também pela estagnação dos investimentos.

1999, a taxa anual de crescimento da população desempregada (7,42%) foi muito superior à da população ocupada (1,37%), da PEA (1,88%) e a da população brasileira (1,35%), demonstrando um claro desequilíbrio no mercado de trabalho *vis a vis* a uma alteração na relação PEA/população total. Conseqüentemente, os desempregados passaram de 7,2% para 10,4% da população brasileira e, como agravante, a parcela de empregos formais, caiu de 45,9% para 41,3% no total dos empregos neste intervalo.<sup>7</sup> Ou seja, ao mesmo tempo em que a PEA aumentou mais que o total da população, o mercado não absorveu a procura por trabalho, provocando um crescente desemprego, especialmente nas regiões metropolitanas, aumentando os problemas urbanos nas maiores aglomerações do país.

O processo até aqui sinteticamente abordado, ao qual a economia brasileira foi submetida na década de 1990, se traduziu numa reestruturação das atividades produtivas em nível nacional, com características regionais específicas.

### **3.1 Reflexões sobre os Efeitos Regionais**

Com a ampla abertura comercial e o novo padrão concorrencial, supostamente as regiões do Brasil que abrigavam as economias mais diversificadas, especialmente as que exerciam função de fornecedoras de mercadorias e serviços às outras economias de sua própria região ou de outros estados brasileiros, seriam as mais afetadas pela reestruturação econômica da década de 1990. Tanto pela exposição de seu próprio mercado consumidor, quanto dos mercados nacionais demandantes de seus produtos, a novos concorrentes internacionais dotados de um padrão tecnológico e organizacional mais avançado e operando com custos mais baixos.

Já as economias em maior ou menor grau de especialização e pouco diversificadas, tradicionalmente importadoras líquidas de mercadorias e serviços de outras localidades do país, seriam as menos afetadas devido à sua menor exposição setorial ao acirrado padrão concorrencial que se estabeleceu. Até mesmo, conforme o caso, podendo se beneficiar da acentuada queda dos impostos de importação e da posterior apreciação cambial, que reduziu o

---

<sup>7</sup> Entre 1990 e 1998, só na indústria de transformação, a qual foi a mais afetada e apresenta altíssimo percentual de empregos formais e melhor remunerados, se eliminou 18,6% do pessoal ocupado (2,5% ao ano), cerca de 2,5 milhões de empregos, passando-se de cerca de 9 milhões para 7,5 milhões de empregos. (ver SABBATINI 2001, dados do IBGE). Conforme as PNADs de 1991 e 1999, o número absoluto de desempregados no Brasil cresceu de 4.765.212 em 1991, para 7.145.095 em 1998 (49,94% de crescimento), alcançando 7.865.563 em 1999 (65,06% de crescimento em relação a 1991). Paralelamente o número absoluto de trabalhadores sem carteira assinada passou de 14.459.115 para 16.414.250, crescimento de 13,52%. (ver ORTUSO, 2001 - pg 15 e 16)

custo dos produtos estrangeiros de sua pauta de importações, além de viabilizar novas alternativas frente ao fornecimento nacional. Por outro lado, os condicionantes da reestruturação produtiva e a forma como se deu a inserção da economia brasileira no mercado internacional, privilegiaram a localização de investimentos nas áreas já mais dinâmicas e competitivas do país, especialmente no que tange às estratégias das grandes empresas em relação à internacionalização da economia. O padrão tecnológico imposto pelo novo ambiente concorrencial tornou mais atrativa a proximidade aos grandes centros, dotados de um terciário avançado, capaz de oferecer suporte às demandas da produção reestruturada, como a da indústria que, no processo de reestruturação, terceirizou etapas de sua atividade.

Como ressalta Tânia Bacelar, "*os novos requisitos locacionais da acumulação flexível, como: melhor oferta de recursos humanos qualificados, maior proximidade com centros de produção de conhecimento e tecnologia, maior e mais eficiente dotação de infra-estrutura econômica, proximidade com os mercados consumidores de mais alta renda ...*" atuam no sentido da concentração dos investimentos em áreas mais avançadas.<sup>8</sup> Diniz reforça: "*Considerada a distribuição regional da produção e da renda brasileiras e a rede de cidades da Região Centro-Sul, onde estão localizadas as maiores universidades e instituições de pesquisa, o mercado de trabalho profissional e a infra-estrutura urbana de serviços modernos, tenderia a ampliar a força da rede de serviços, promovendo ou acentuando a concentração regional.*"<sup>9</sup>

Deve-se destacar o avanço da Logística de Distribuição que ganhou maior destaque com o aprofundamento da internacionalização da economia brasileira. Nesse segmento, observa-se também efeitos concentradores ao predominar um sistema tecnológico e administrativo inviável aos pequenos e médios distribuidores, que perderam mercado para grande distribuidores, sejam terceirizados ou não, sendo gradativamente excluídos ou tendo seus mercados consumidores, antes preservados, reduzidos.

Até 1999, pelo menos, como mostra Silva (2002), as regiões periféricas foram as maiores perdedoras em termos de distribuição da riqueza gerada, para o que contribuiu a gradativa piora da infra-estrutura, especialmente no que tange ao transporte rodoviário, mais utilizado nestas regiões por empresas ou distribuidores de menor porte, detentores de veículos menos velozes e mais suscetíveis aos prejuízos causados por estradas mau conservadas. Em geral, a severa redução dos investimentos estatais que haviam exercido papel fundamental no desenvolvimento regional, contribuindo significativamente para descentralização das

---

<sup>8</sup> ARAUJO, 2000, p. 118.

<sup>9</sup> DINIZ, 2000a, p. 15.

atividades econômicas, também contribuiu, na década de 1990, para o fortalecimento dos centros mais desenvolvidos do país, na medida em que a ausência desse importante vetor restringiu as possibilidades de espraiamento das atividades para outras localidades menos desenvolvidas.

Como forma de contornar a crise fiscal da União e dos próprios estados, a grande maioria destes acentuou a antiga prática de atração de investimentos, pautada principalmente na renúncia fiscal. Prática denominada "Guerra Fiscal" devido ao elevado grau de benefícios oferecidos especialmente ao capital de médio e grande porte que tiveram condições de deslocar plantas privilegiando, no curto prazo, os estados receptores, mas comprometendo suas finanças no médio e longo prazo. Fator que comprometeu ainda mais os bancos estaduais e colaborou para "quebra" ou saneamento pela União da maior parte deles.

Nesse cenário, perderam-se importantes instrumentos de políticas de desenvolvimento que ainda ofereciam crédito de longo prazo, além das empresas estatais diretamente envolvidas com a produção. Com isso, comprometeu-se boa parte dos efeitos de desconcentração regional da atividade produtiva do *centro-sul* em direção ao Nordeste, observados no período de 1970-85, que subsistiriam em alguns setores até a entrada da década de 1990 e que vêm passando por forte reestruturação.

### **3.2 Aspectos do envolvimento dos serviços no processo de reordenamento econômico: abordagem regional**

O Terciário nacional foi envolvido de forma estratégica no profundo reordenamento da economia nacional, abordado acima. Setor que vinha ganhando participação no valor adicionado da economia brasileira e, principalmente, na geração de ocupações nas últimas décadas do século XX, acompanhando uma tendência geral da economia contemporânea. Na década de 1990, essa posição (quantitativa) se mantém, mas sua importância assumiu novos contornos de forma mais visível, dado o papel estratégico que muitos de seus segmentos assumem no processo.

Esse macro-setor foi palco de inovações tecnológicas e organizacionais importantes, assim como de mudanças no que tange ao funcionamento de suas atividades e à importância de sua participação no processo produtivo da economia contemporânea, estabelecendo novas relações com os outros dois grandes setores (primário e secundário). Com a terceirização decorrente da reestruturação produtiva, atividades do terciário ganharam papel de destaque,



especialmente na determinação de escolhas locais dos investimentos. Por outro lado, avanços tecnológicos permitiram oferecer com maior diversidade serviços estratégicos imprescindíveis à economia reestruturada, influenciando a macroeconomia espacial e o funcionamento do mercado de trabalho, dada a localização diferenciada regionalmente dos serviços mais avançados.

Em ramos de atividade como telecomunicações, bancos, redes de comércio atacadista e varejista, turismo, entre outros, verificaram-se exemplos de processos de modernização, de reestruturação e/ou de adoção de nova logística de distribuição. Tais processos, ocorridos em intensidade e extensão variadas nos setores do *Terciário* brasileiro, tiveram expressiva repercussão macroeconômica na década de 1990 com conseqüências posteriores. Contudo, como já ressaltado, os condicionantes da reestruturação produtiva e a remodelação da inserção econômica do País e das empresas no mercado internacional privilegiaram a localização de investimentos próximos às áreas urbanas já mais dinâmicas e competitivas do país ou em espaços com possibilidades de conexão aos centros dinâmicos e aos mercados mais atrativos. A concorrência se aprofundou e tornou-se cada vez mais necessário o acesso aos serviços característicos de um terciário avançado capaz de oferecer suporte às demandas da produção reestruturada de atividades industriais e agropecuárias.

“... a integração agricultura-indústria-serviços aumenta a demanda dos chamados serviços à produção, especialmente com o crescimento da internacionalização e a necessidade de administração e controle das grandes organizações (engenharia, pesquisa e desenvolvimento, mercado, propaganda, seguros, bancos, processamento de dados, contabilidade), e à circulação (venda, transporte, assistência técnica, manutenção, instalação, etc.). Por sua vez, o aumento da terciarização amplia a complementaridade entre indústria e serviços e implica na atração dos serviços para próximo à produção, com tendência à aglomeração e à ‘clusterização’ ...” (DINIZ, 2000a: 14)

Nesse contexto, a própria estruturação do setor *Terciário* se deu de forma heterogênea, em termos setoriais e/ou espaciais. Enquanto algumas atividades se reestruturaram e se modernizaram privilegiando determinadas localidades, outras atividades e localidades ficaram à margem desse processo, mantendo características tradicionais (informalidade, atraso tecnológico e organizacional etc.) ou mesmo sendo excluídas do mercado. O processo de modernização organizacional e tecnológica ditou dinâmicas distintas entre os espaços regionais, tendo sido as grandes concentrações urbanas (notadamente as regiões metropolitanas) os principais alvos do processo de reordenamento recente do *Terciário* que avançou em ritmo e direção diferentes conforme a região.

O intenso processo de **privatização** somado aos significativos movimentos de **fusões e aquisições**, ocorridos principalmente na década passada, envolveu o setor *Serviços*,

principal alvo dos investimentos estrangeiros interessados em grande parte na exploração do mercado interno, em segmentos nos quais a demanda estava garantida. A entrada de novos agentes no mercado alterou bastante os padrões concorrenciais, trazendo novas exigências às empresas participantes, principalmente, nos segmentos onde esse processo foi mais acentuado. Os setores *Telecomunicação* e *Finanças* foram exemplos típicos de grandes alterações em seu perfil setorial.

A reorganização do *Terciário*, como já destacado, afetou o mercado brasileiro como um todo, influenciando decisivamente no ambiente concorrencial ao reduzir distâncias, estabelecer novas modalidades de comercialização, impor padrões tecnológicos e organizacionais, elevar exigências de produtividade e qualidade, etc. A busca de agilidade e flexibilização no processo produtivo está entre os fatores que contribuíram para ampliar a importância e condicionar o desempenho recente do *Terciário* no Brasil; para cujo crescimento foram decisivos os efeitos do fenômeno da *terceirização* que elevou a participação de suas atividades no processo produtivo e contribuiu para o próprio crescimento estatístico de seus segmentos. Por outro lado, tornou-se ainda mais problemática a divisão metodológica em três macrosetores e os recortes setoriais mais recorrentemente utilizados, dificultando a análise econômica, dada a crescente dificuldade em identificar com maior clareza as relações inter-setoriais.

Com intuito de contribuir com subsídios para o entendimento de questões até aqui abordadas a seguir será feita uma análise de alguns dados levantados.

#### **4. Análise dos Dados**

A complexidade do *Terciário* torna seu estudo muito mais difícil. Além da dificuldade metodológica de definição e classificação do setor, no caso brasileiro os obstáculos são ainda maiores dada a heterogeneidade estrutural que marca sua economia, com a conformação de um terciário de características complexas, abarcando atividades bastante diferenciadas, muitas vezes não captadas nas estatísticas disponíveis. Para o entendimento do *Terciário* brasileiro seria necessário um conjunto de estudos bastante extenso. De tal forma, se faz necessário diversos levantamentos de dados e abordagens dado a importância de contornar as limitações existentes e unir esforços aos estudos que vêm sendo realizados recentemente.

Uma análise regional incluindo o mercado de trabalho envolveria uma série de estudos e desdobramentos que vão além de um trabalho como esse. Pretendemos, tão somente,

contribuir para uma reflexão fazendo uma análise regional de dados de geração de produto/riqueza (PIB) e também de geração de ocupações. Iniciemos pelos dados do PIB.

#### **4.1 O Terciário brasileiro pela ótica setorial**

Embora haja limitações (ver Silva, 2005), é preciso registrar que houve um esforço das instituições oficiais coordenadas pelo IBGE desde 1996 para aprimorar as contas regionais de modo a torná-las comparáveis aos demais países, conforme a metodologia internacional recomendada pela ONU. Por outro lado, o IBGE, através de pesquisas anuais, tem buscado avaliar melhor o terciário frente às dificuldades de quantificar vários serviços. Houve uma correção no peso do terciário na economia brasileira, convergindo agora para mais de 60% como era apontado por vários analistas. Mas infelizmente o IBGE reduziu a desagregação do PIB do terciário de dez para quatro setores. Com isso não mais é possível fazer a análise em quatro categorias: serviços produtivos, distributivos, coletivos e pessoais.

Embora haja um consenso entre os pesquisadores de que nosso terciário frente aos outros dois grandes setores (Agricultura e Indústria) é o que mais cresce, até a década de 1990 isso não ocorreu. Com o forte processo de industrialização que o país experimentou a partir da década de 1950, o terciário brasileiro cresceu, mas custou a superar 60% do PIB nacional. Não só devido ao profundo processo de industrialização observado na economia brasileira entre 1950 e 1980, mas também devido ao perfil dos serviços produzidos no país, de baixa complexidade e de natureza essencialmente tradicional, o crescimento do setor terciário quase sempre esteve abaixo do setor secundário neste intervalo. O terciário brasileiro só passou a apresentar taxas de crescimento por vezes maiores que a indústria ou a agricultura a partir da década de 1970. Segundo Meirelles (2003), para isso contribuíram as reformas estruturais ocorridas na década anterior, especialmente a reestruturação do sistema financeiro e creditício, juntamente com os investimentos em saúde e educação realizados no Brasil.

Como podemos observar na Tabela 1, a taxa de crescimento do terciário só passou a ser razoavelmente superior ao secundário na década de 1980, visto que na década anterior ambas as taxas apresentaram crescimento similar.

Tabela 1 – Taxas Anuais de Crescimento do Produto Interno Bruto por macro-setor de Atividade Econômica – Brasil – 1951-2000

	Total	Indústria	Serviços	Agropecuária
1951-1960	7,7	9,7	6,1	4,3
1961-1970	6,2	7,0	6,3	3,7
1971-1980	8,6	9,3	9,4	4,7
1981-1990	1,6	0,3	2,7	2,4
1991-2000	2,5	2,9	2,7	3,2

Fonte: Boletim Estatístico do Banco Central. (Extraída de Dedecca, 2001:05)

(1) O crescimento do PIB total refere-se ao período 1991 a 2000, sendo uma estimativa o valor para esse último ano. Quanto ao PIB de cada setor de atividade, os dados referem-se ao período 1991 a 1997.

De um modo geral, todos os setores da economia brasileira sofreram com a profunda crise que o país enfrentou na década de 1980. Mas, aliado à crise, o setor primário e, principalmente, o secundário perderam importantes fontes de recurso públicos de estímulo a sua expansão. Em relação ao primário, foi nessa década que foram reduzidos gradativamente de forma bastante expressiva recursos governamentais destinados ao financiamento da agricultura e à regularização dos estoques públicos de produtos agrícolas. Os recursos oficiais destinados à agricultura foram profundamente reduzidos durante a década de 1980. Ainda assim, o setor apresentou crescimento quase igual ao do terciário, embora ambos tivessem fraco desempenho na década.

Quanto ao secundário, este não mais foi alvo de amplos planos de expansão como o II PND que destinou, na década de 1970, vultosos investimentos a uma profunda ampliação e diversificação do parque industrial nacional. Por outro lado, depois do expressivo crescimento da capacidade instalada, na década de 1970 a indústria nacional não encontrou demanda interna suficiente na década de 1980, sendo necessário um ajuste exportador. Isso contribuiu para a inflexão das atividades industriais fortemente atingidas pela crise econômica dessa década, especialmente no que diz respeito ao setor de bens de capital fortemente ampliado com o II PND.

Já o macro-setor Serviços, considerando sua heterogeneidade, mesmo que afetado pelo intenso arrefecimento do crescimento da economia brasileira, não foi alvo prioritário na década de 1970 de estímulos específicos que viesse a perder na década seguinte.

Nas contas regionais que englobam o período 1995-2007, o terciário apresentou taxa de crescimento superior às da indústria, mas inferior à da agropecuária. Como podemos ver na Tabela 2. Considerando os três macrosetores, nota-se que a Agropecuária, que recebeu importantes investimentos estrangeiros na década de 1990, apresentou o melhor desempenho no intervalo 1995-2007, enquanto o pior desempenho foi da Indústria.

**TABELA 2- Evolução do Volume do Valor Adicionado por Setores de Atividade  
Anos Selecionados 1985/2004 - BRASIL  
(1985=100)**

	1995	2007	Taxa de crescimento	Crescimento anual
<b>Total do VA</b>				
1. Agropecuária (primário)	100,0	158,4	58,4%	3,91%
2. Indústria Total (secundário) *	100,0	128,5	28,5%	2,11%
3. Serviços (Terciário)*	100,0	141,8	41,8%	2,95%

Fonte: IBGE.

O desempenho da Indústria é fundamental para a dinâmica do Terciário. A Indústria de Transformação, que mais propicia encadeamentos com o terciário, apresentou fraco desempenho no período 1995-2007, o que limita seus efeitos multiplicadores. A indústria de transformação cresceu 24,6% nesse intervalo, o que representa um crescimento de apenas 1,85 a.a. Isso certamente contribuiu negativamente para o crescimento dos Serviços, especialmente os segmentos serviços prestados às empresas e comércio atacadista. Ainda que com menor intensidade, provavelmente também foram afetados mais diretamente os setores Transportes e Armazenagem e Intermediação Financeira.

Mas o desempenho melhor dos Serviços em relação à indústria não foi suficiente para aumentar a participação do terciário no PIB brasileiro, como podemos ver na Tabela 3. Contudo o terciário nacional manteve sua elevada participação findo o intervalo 1995-2007.

**TABELA 3- Participação Setorial no PIB Total – BRASIL  
Anos Selecionados 1995/2007 (preços de mercado de 2007)**

	1995	2007
<b>TOTAL DO VA</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Agropecuária</b>	<b>5,8</b>	<b>5,6</b>
<b>Indústria Total *</b>	<b>27,5</b>	<b>27,8</b>
Indústria extrativa mineral	0,8	2,4
Indústria de transformação	18,6	17,0
Eletricidade, gás e água	2,6	3,6
Construção Civil	5,5	4,9
<b>Serviços (Terciário)*</b>	<b>66,7</b>	<b>66,6</b>
Com e Reparação de Veic., Objetos Pess. e Domésticos	11,7	12,1
Intermediação financeira	9,7	7,7
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	15,6	15,5
Outros Serviços	30,4	31,37

Fonte: IBGE

A análise do PIB é insuficiente para nos interarmos das transformações recentes do terciário brasileiro, vale aqui fazermos algumas observações sobre como esse macrosetor participou da reestruturação da economia brasileira da década de 1990.

Como já mencionado, a reestruturação do terciário foi heterogênea: alguns setores se modernizaram e assumiram um papel dinâmico; outros se caracterizam, principalmente, como atividades tradicionais e/ou tecnologicamente atrasadas, intensivas em trabalho. Boa parte dessas últimas vinculadas a estratégias de sobrevivência seja de microempresas seja de ocupados, como o caso das pessoas jurídicas e dos autônomos/conta-própria. Acreditamos que isso está relacionado com a dinâmica regional e urbana do País.

As Telecomunicações foi um dos principais alvos do processo de privatização ocorrido na década passada, apresentando transformações importantes das quais podemos citar as seguintes: adoção da tecnologia digital; novas possibilidades de aplicação e ampliação da gama de serviços de telecomunicações, notadamente pela articulação com a informática (telemática); profunda alteração no quadro de agentes envolvidos com o setor; e expressiva elevação dos investimentos no setor, mas com a criação de postos de trabalho em proporção menor que a esperada. Na telefonia deve-se reconhecer a expansão de linhas, especialmente móveis, que permitiu uma maior agilidade e sinergia entre setores fornecedores e consumidores. Contudo o setor se mantém concentrado, notadamente na telefonia fixa, onde há poucas ou nenhuma alternativa de prestador e os serviços são alvos de críticas e reclamações por parte dos usuários, embora se deva registrar que a privatização reordenou o setor, desconcentrando-lhe regionalmente.

Dentre as alterações importantes nos bancos devem ser destacadas as seguintes: ocorreu um forte processo de automatização (em particular para facilitar o auto-atendimento), com conseqüente redução de empregos no setor; houve uma perda do lucro inflacionário com reorientação das estratégias de atuação do setor e conseqüente cobrança de tarifas não cobradas anteriormente; e presenciou-se, também, uma expressiva elevação da participação do capital estrangeiro no setor (palco de privatizações), após a reestruturação bancária, sem que isso provocasse uma melhoria significativa dos serviços, como foi previsto. Depois com o forte processo de centralização do capital e fortalecimento dos grandes grupos, principalmente nacionais, a participação estrangeira caiu. Outra questão importante a destacar é que a função de oferecer crédito passa cada vez mais a envolver agentes de outras atividades (do comércio principalmente), seja de forma direta ou em associação com instituições financeiras. Atualmente, deve-se reconhecer a formação de um sistema financeiro sólido e facilitação do acesso ao crédito. Por outro lado, os juros reais continuam muito elevados, o acesso ao crédito barato é limitado e, por fim, o peso da operação financeira em vários outros segmentos vem ganhando participação no faturamento concorrendo com suas atividades fins.

O setor de Transportes ganhou importância com o crescente papel estratégico que vem assumindo a atividade de logística. Muitas empresas industriais reduziram drasticamente seus departamentos de compra e de vendas, transferindo atribuições para empresas especializadas em logística de distribuição. Ao mesmo tempo, muitas transportadoras tornaram-se empresas de logística. Entre as inovações do setor estão: introdução de rotas monitorizadas por satélite; incremento da utilização da paletização das cargas; e atuação estruturada em plataformas de distribuição. Com incremento de novas técnicas e tecnologias, o setor reduziu custos de distribuição e o tempo despendido, acirrando assim a concorrência regional. A maior internacionalização da economia exigiu, também, modernização do segmento dada à importância estratégica dele na competitividade externa das empresas brasileiras.

O Comércio, mesmo que de forma bastante heterogênea, também foi recentemente palco de alterações importantes, que impactaram empresas atacadistas e algumas varejistas. Entre as inovações mais expressivas ocorridas na década de 1990, podemos mencionar: introdução do scanner; informatização das operações administrativas e do controle de estoques; troca eletrônica de documentos (EDI); e mudanças organizacionais nos processos de trabalho. Os ganhos provenientes das novas tecnologias, a circulação mais ágil de informação e a adoção da logística de distribuição contribuíram para a consolidação do maior poder de mercado das grandes redes atacadistas e varejistas. Enquanto os atacadistas de menor porte procuraram se aproximar, através de suportes como crédito diferencial, dos micro, pequeno e médio varejistas, estes em busca de se associarem para aumentar seu poder de compra. Porém, grande parte destes últimos manteve-se às margens das modernizações.

No que tange ao setor público, houve uma redução do Estado no que tange às atividades administrativas de 1989 a 2002, com crescimento insuficiente de pessoal frente à demanda. Por outro lado, houve aumento da demanda por serviços públicos concomitantemente a uma forte expansão do número de municípios. Portanto, aumenta a necessidade de serviços burocráticos e administrativos e de serviços ligados à reprodução da força de trabalho: saúde e educação e serviços de seguridade social garantidos pela constituição de 1988. O crescimento desses últimos (serviços ligados à reprodução da força de trabalho) foi mais perceptível nos últimos anos com a entrada em vigor da legislação. Podemos enumerar alguns motivos que levaram a elevar a demanda por serviços públicos: aumento do número municípios; queda da renda/maior demanda por serviços públicos gratuitos; aumento da taxa de urbanização e crescimento populacional mesmo em desaceleração.

Devem ser destacados dois aspectos da evolução recente do *Terciário* no Brasil. Primeiro, a sua modernização foi tardia em relação às economias desenvolvidas e esteve

concentrada nos grandes centros urbanos, guardando diferenciações em termos regionais. Segundo, muitos setores, como os relacionados aos serviços pessoais ou domiciliares e ao pequeno comércio, como também alguns serviços públicos, não só não se modernizaram como permanecem exercendo um papel importante na geração de ocupações e de renda.

Feitos esses registros e observações sob à ótica setorial, a seguir, trataremos da estrutura do PIB sob à ótica regional. Ou seja, procuramos observar os principais efeitos das transformações recentes sobre a distribuição da riqueza entre as macro-regiões do País, refletindo sobre os movimentos mais importantes. Depois faremos o mesmo no que se refere às ocupações geradas pelos setores do Terciário nacional reflexões nesse campo.

#### 4.2 A geração de riqueza sob a ótica regional

As mudanças da conjuntura econômica brasileira desde a década de 1980, o reordenamento da economia, reestruturação das atividades e transformações, até aqui sinteticamente mencionadas, refletiram sobre a economia regional do País. O terciário ao participar desse processo teve alguns de seus setores e segmentos exercendo papel estratégico. Partindo de dados de geração de produto/riqueza (PIB), faremos a seguir uma análise regional de forma a contribuir para o entendimento desse processo.

A TABELA 4 mostra a estrutura do PIB, especialmente do Terciário, em termos regionais. Consideramos aqui também a estrutura demográfica no que tange ao peso da população de forma a avaliar melhor a evolução da participação regional no produto.

**TABELA 4 - Participação das Regiões e Unidades da Federação no PIB e População no Brasil - 1995/2007 (em %)**

Regiões	1995	2000	2007	1995	2007
	PIB			População	
Norte	4,22	4,38	5,02	7,27	7,95
Nordeste	12,04	12,45	13,07	28,47	28,01
Sudeste	59,13	58,31	56,41	42,67	42,33
Sul	16,20	16,47	16,64	14,91	14,53
Centro-Oeste	8,41	8,39	8,87	6,67	7,19
<b>Brasil</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 1985-2004, microdados. (Elaboração própria)

É conhecida a elevada disparidade regional da riqueza gerada no Brasil como mostra a TABELA 4 que considera o período recente 1995-2007. No terciário isso também se



verificava, mas a concentração se mostrou ligeiramente menos acentuada do que em relação ao total do PIB brasileiro, como mostra a TABELA 5.

Chama à atenção o peso do Sudeste que é muito elevado e mesmo em declínio no intervalo ainda superava bastante seu peso populacional. Destaca-se o Estado de São Paulo ainda com cerca um terço do PIB dos Serviços do Brasil, detendo, especialmente em seus maiores centros, o terciário mais diversificado e moderno do País, particularmente o da Região Metropolitana de São Paulo. <sup>10</sup> Em geral, os estados onde se localizam as maiores e mais desenvolvidas regiões metropolitanas possuem as maiores participações do produto dos serviços, seja em nível nacional ou regional.

**TABELA 5 - Participação das Regiões e Unidades da Federação no PIB do Terciário Brasil - 1985-2004 (em %)**

Regiões	1995	2000	2007	2007/1995	1995	2007	2007/1995
	PIB				População		
				Varição			Varição
Norte	3,89	4,32	4,68	0,79	7,27	7,95	0,68
Nordeste	12,35	12,96	13,59	1,24	28,47	28,01	-0,46
Sudeste	58,00	57,57	55,71	-2,29	42,67	42,33	-0,34
Sul	14,93	15,17	15,75	0,82	14,91	14,53	-0,38
Centro-Oeste	10,83	9,98	10,27	-0,56	6,67	7,19	0,52
<b>Brasil</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>--</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 1985-2004, microdados. (Elaboração própria)

Mesmo com uma pequena melhora na distribuição espacial da riqueza produzida pelo Terciário no Brasil, com a qual o Norte e Nordeste ganharam leve participação, ainda se mantém elevada a concentração desse grande setor no Sudeste e levemente no Sul e Centro-Oeste. Estas três regiões que respondiam por 64,% da população brasileira detinham 81,7% do PIB da atividade em 2007. Embora seja preciso considerar que a localização Distrito Federal no Centro-Oeste, acentua seu peso ao responder por 53,4% do PIB do terciário dessa região enquanto representava 42,4% do total do PIB da região.

Por outro lado, as duas regiões mais pobres, Nordeste e Norte com 36% da população brasileira detinham apenas 18,3% do PIB da atividade nesse mesmo ano. O pequeno ganho dessas regiões está relacionado a alguns fatores como: efeitos da inclusão da previdência rural (especialmente no Nordeste), aumento da urbanização e deslocamento de algumas atividades produtivas para subespaços dessas regiões. Essas duas últimas também impactaram positivamente o terciário do Centro-Oeste.

<sup>10</sup> Ver Cano et alli, 2007.

A primeira vista somos levados a acreditar que houve uma pequena, mas importante, desconcentração da riqueza produzida pelo Terciário no período 1995-2007. Destaca-se o recuo do Sudeste em relação às outras regiões. Enquanto o Norte e Nordeste, as duas regiões mais pobres do país, e o Sul ganharam participação no produto desse grande setor.

Mas para avaliarmos melhor essa desconcentração, é preciso considerar também a variação populacional. Tanto no Norte quanto no Centro-Oeste, a variação populacional foi positiva, o que atenuou a importância do ganho do Norte e acentuou o peso da perda do Centro-Oeste no PIB do Terciário.

Por outro lado, no Sul o pequeno ganho relativo no PIB do Terciário, teve sua importância acentuada pela leve perda populacional, aumentando a concentração nessa região, a segunda mais rica do país. No Sudeste, como a perda populacional foi muito pequena, praticamente não se atenuou a desconcentração da riqueza do Terciário nessa região. Já no Nordeste, seu ganho relativo no produto foi acentuado por sua perda de participação populacional, aumentando assim o produto desse setor por habitante.

Em suma, a desconcentração ocorrida no PIB dos serviços no período 1985-2004 além de insuficiente para reduzir significativamente a forte concentração ainda existente, em parte foi atenuada pela variação regional da população brasileira.

Na próxima seção, será avaliado o que aconteceu com a geração de ocupações em termos regionais, considerados os quatro grupos de serviços do Terciário conforme a classificação desenvolvida por Browning & Singelmann (1978) que desagrega o setor serviços em quatro categorias: distributivos, produtivos, sociais e pessoais.

### **4.3 O Terciário pela ótica do emprego**

Os dados dos setores foram compilados a partir dos microdados da PNAD que foram compilados de forma a adequar as diferentes atividades de em categorias de serviços conforme a classificação do modelo de classificação desenvolvido por Browning & Singelmann (1978): six-sector escheme (extrativa; transformativa; serviços distributivos; serviços produtivos, serviços coletivos e serviços pessoais). Ela pode ser adequada à divisão do PIB em três setores: primário, secundário e terciário e permite agrupar em categorias os setores do Terciário, conforme algumas características comuns.<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Para esclarecimentos metodológicos, ver Silva (2008).

Em cada categoria foi sinteticamente analisada aqui a evolução regional entre 1995 e 2006 do total dos ocupados por região e do percentual de ocupados sem qualquer plano de previdência seja público ou privado; portanto, estes últimos, além de não possuírem registro em carteira, estavam totalmente desprotegido.

Os **Serviços Distributivos**, categoria com maior contingente de ocupados entre as quatro categorias de serviços de nossa classificação, são compostos pelo setor Comércio e Reparações de veículos e objetos pessoais e de uso doméstico, que responde pela maioria dos empregos, e pelo setor de Transportes e Armazenagem. Nos serviços distributivos houve um crescimento de 43,6% do total das ocupações no Brasil entre 1995 e 2006, como mostra a Tabela 6. Em termos relativos a Região Norte se destacou com 82% de crescimento, sendo que a Região Sudeste foi a que teve o pior desempenho no intervalo (39,1%). Contudo, essa última região ainda concentrava 46% das ocupações dessa categoria de serviços, seguida pelo Nordeste que manteve sua participação no total dos ocupados em 24%. Os dados da PNAD também mostram que entre os estados se destacaram em termos de crescimento: Roraima (175,3%), Pará (93,4%) e Mato Grosso do Sul (77,1%).<sup>12</sup> Por outro lado, as maiores concentrações de ocupados estavam nos estados de São Paulo (4,76 milhões), Minas Gerais (2 milhões) e Rio de Janeiro (1,73 milhões).

**TABELA 6 - SERVIÇOS DISTRIBUTIVOS: total de Ocupados, percentual de ocupados sem contribuição à previdência e crescimento percentual dos ocupados-1995/2006**

REGIÕES	1995	1995	2006	2006	2006/1995
	Total de ocupados	Sem Contribuição (%)	Total de ocupados	Sem Contribuição (%)	Variação (%)
Norte	751.667	56,1	1.367.763	58,8	82,0
Nordeste	3.307.123	55,3	4.642.025	63,5	40,4
Sudeste	6.390.210	24,1	8.888.788	32,1	39,1
Sul	2.167.067	27,3	3.133.740	29,3	44,6
Centro-Oeste	957.527	49,7	1.458.620	43,8	52,3
<b>BRASIL</b>	<b>13.573.594</b>	<b>33,9</b>	<b>19.490.936</b>	<b>41,3</b>	<b>43,6</b>

Fonte: PNAD - Micro dados – Equipe do Prof. Cláudio Dedecca/Cesit – Elaboração Própria

Chama à atenção também que nos dois anos analisados os ocupados sem contribuição à previdência tinham peso muito mais elevado nas Regiões Norte e Nordeste e intermediário no Centro-Oeste. Mas nessa última região caiu o percentual de ocupados sem contribuição, enquanto no Norte e, principalmente, no Nordeste aumentou o percentual de ocupados não cobertos pro planos previdenciários que atingiu 63,5% do ocupados nessa região em 2006.

<sup>12</sup> Mas Roraima em 2006 possuía apenas 36 mil ocupados, ou seja seu crescimento foi expressivo apenas em termos percentuais.

Em 2006, os estados com as piores situações em relação a essa cobertura ao trabalhador eram os estados do Mato Grosso do Sul (77,1%), do Acre (76,2% dos ocupados não contribuía) e de Sergipe (70%).

Em relação aos **Serviços Produtivos**, compostos pelo setor Atividade Imobiliária, Aluguéis e Serviços prestados principalmente às empresas, que responde pela maioria dos empregos (cerca de 75%), e pelos setores de Comunicações e de Intermediação Financeira, houve um crescimento de 69,6% do total das ocupações no Brasil entre 1995 e 2006, como mostra a Tabela 7 a seguir. Em termos relativos a Região Norte se destacou com 126,8% de crescimento, sendo que também foi a Região Sudeste que apresentou o pior desempenho no intervalo (60,1%). Contudo essa última região, mesmo perdendo participação (4 ponto percentuais) ainda concentrava em 2006 praticamente 57% das ocupações dos Serviços Produtivos, seguida pelo Nordeste e Sul com pouco mais de 15% do total dos ocupados. Os dados da PNAD também mostram que entre os estados se destacaram em termos de crescimento: Roraima (257,7), Pará (170,3%) e Espírito Santo (153,8%).

**TABELA 7- SERVIÇOS PRODUTIVOS: total de Ocupados, percentual de ocupados sem contribuição à previdência e crescimento percentual dos ocupados-1995/2006**

	1995	1995	2006	2006	2006/1995
REGIÕES	Total de ocupados	Sem Contribuição (%)	Total de ocupados	Sem Contribuição (%)	Variação (%)
Norte	122.128	35,4	276.930	36,4	126,8
Nordeste	571.621	27,6	1.097.112	33,8	91,9
Sudeste	2.446.647	21,6	3.916.034	23,7	60,1
Sul	634.390	24,4	1.077.892	26,3	69,9
Centro-Oeste	295.018	30,7	533.790	23,8	80,9
<b>BRASIL</b>	<b>4.069.804</b>	<b>24,0</b>	<b>6.901.758</b>	<b>26,2</b>	<b>69,6</b>

Fonte: PNAD - Micro dados – Equipe do Prof. Cláudio Dedecca/Cesit – Elaboração Própria

Nos serviços produtivos os ocupados sem contribuição à previdência apresentaram peso mais reduzido em 2006 (26,2% do total de ocupados). As regiões com pior nível de cobertura da previdência foram a Nordeste (33,8%) e a Norte (36,4%). Em todas as regiões com exceção do Centro-Oeste o percentual de ocupados não cobertos por planos previdenciários aumentou entre 1995 e 2006, com destaque para o Nordeste onde o crescimento desse grupo foi maior. Em 2006, os estados com as piores situações em relação a essa garantia ao trabalhador eram os estados de Alagoas (48,3% dos ocupados não contribuía), do Maranhão (45,5%) e da Paraíba (43,9%). Já os estados com as maiores

concentrações de ocupados foram os estados de São Paulo (2,34 milhões), Rio de Janeiro (0,85 milhões) e Minas Gerais (0,58 milhões).

Os **Serviços Sociais** foi o grupo com o terceiro maior contingente de ocupados entre as quatro categorias de serviços de nossa classificação. É composto pelo setor de Educação e Saúde Mercantis e pela Administração Pública, Defesa e Seguridade Social, que respondeu pela grande maioria dos empregos (75% das ocupações). Nesse grupo houve um crescimento de 46,4% do total das ocupações no Brasil entre 1995 e 2006, como mostra a Tabela 8. Em termos relativos a Região Norte novamente se destacou com 81% de crescimento, sendo que a Região Nordeste foi a que teve o pior desempenho no intervalo (35,2%). Os dados da PNAD também mostram que entre os estados o Pará se destacou com crescimento de 126,9% no número total de ocupados no intervalo considerado. O pior desempenho foi da Paraíba com crescimento de apenas 18,9%.

O Sudeste obteve um leve aumento de participação no número de ocupados e era a região que mais concentrava ocupados nesse grupo em 2006, com 45,6% das ocupações. A ela se seguia o Nordeste que mesmo depois de pequena perda de participação no total dos ocupados, ainda respondia por 24,1% dos ocupados em 2006.

**TABELA 8- SERVIÇOS SOCIAIS: total de Ocupados, percentual de ocupados sem contribuição à previdência e crescimento percentual dos ocupados-1995/2006**

REGIÕES	1995	1995	2006	2006	2006/1995
	Total de ocupados	Sem Contribuição (%)	Total de ocupados	Sem Contribuição (%)	Varição (%)
<b>Norte</b>	491.744	14,0	890.395	11,1	81,1
<b>Nordeste</b>	2.199.273	21,8	2.972.614	17,1	35,2
<b>Sudeste</b>	3.791.251	10,0	5.620.352	14,0	48,2
<b>Sul</b>	1.232.727	10,3	1.813.529	14,0	47,1
<b>Centro-Oeste</b>	701.031	11,7	1.024.359	10,9	46,1
<b>BRASIL</b>	<b>8.416.026</b>	<b>13,5</b>	<b>12.321.249</b>	<b>14,3</b>	<b>46,4</b>

Fonte: PNAD - Micro dados – Equipe do Prof. Cláudio Dedecca/Cesit – Elaboração Própria

Dado a sua composição que inclui o setor público, o grupo dos serviços sociais é o que apresentou a menor participação de ocupados sem contribuição à previdência. Em nenhuma das regiões o peso dos ocupados sem contribuição foi dos mais expressivos. Contudo, enquanto o peso desse tipo de ocupação caiu no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nas Regiões Sul e Sudeste ele subiu entre 1995 e 2006. Em 2006, os estados com as piores situações em relação a essa cobertura ao trabalhador eram os estados do Piauí (24,0%), do Alagoas e do Sergipe (ambos com cerca de 20%).

Os **Serviços Pessoais** abrigavam o segundo maior contingente de ocupados entre as quatro categorias de serviços de nossa classificação. Esse grupo é composto pelos seguintes setores: setor de Alojamento e Alimentação, setor dos Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais, ambos com mais de 3 milhões de ocupados em 2006 e, ainda pelo setor de Serviços Domésticos, que respondia por praticamente 50% das ocupações em 2006. Os Serviços Pessoais apresentaram um crescimento de 29,4% do total das ocupações no Brasil entre 1995 e 2006, como mostra a Tabela 9. Em termos relativos, mais uma vez a Região Norte se destacou com 69,4% de crescimento, sendo que a Região Sul foi a que teve o pior desempenho no intervalo (19,8%).

As maiores concentrações de ocupados estavam no Sudeste em torno de 49% das ocupações dessa categoria de serviços, seguida pelo Nordeste que manteve sua participação no total dos ocupados em torno de 23%. Os dados da PNAD também mostram que entre os estados se destacaram em termos de crescimento: Roraima (190,3%) e Amapá (155,2%), mas ambos em termos absolutos continham número pequeno de ocupados nesse grupo de serviços (23,9 mil e 33,4 mil ocupações). Por outro lado, as maiores concentrações de ocupados estavam nos estados de São Paulo (3,4 milhões), Minas Gerais (1,59 milhões) e Rio de Janeiro (1,45 milhões).

**TABELA 9 - SERVIÇOS PESSOAIS: total de Ocupados, percentual de ocupados sem contribuição à previdência e crescimento percentual dos ocupados-1995/2006**

	1995	1995	2006	2006	2006/1995
REGIÕES	Total de ocupados	Sem Contribuição (%)	Total de ocupados	Sem Contribuição (%)	Variação (%)
Norte	473.911	88,9	802.931	82,0	69,4
Nordeste	2.476.313	86,1	3.137.894	78,8	26,7
Sudeste	5.210.689	64,4	6.688.220	56,9	28,4
Sul	1.579.103	67,3	1.892.042	58,8	19,8
Centro-Oeste	823.960	80,1	1.145.655	68,1	39,0
<b>BRASIL</b>	<b>10.563.976</b>	<b>72,2</b>	<b>13.666.742</b>	<b>64,6</b>	<b>29,4</b>

Fonte: PNAD - Micro dados – Equipe do Prof. Cláudio Dedecca/Cesit – Elaboração Própria

Os serviços pessoais foi a categoria de serviços com o maior percentual de ocupados sem contribuição à previdência. Embora esse tipo de contratação venha caindo proporcionalmente ainda atingia 64,6% do total de ocupados em 2006. As regiões com pior nível de cobertura da previdência foram o Nordeste (82%) e o Norte (78,8%). Ao menos, em todas as regiões o percentual de ocupados não cobertos por planos previdenciários diminuiu consideravelmente entre 1995 e 2006, com destaque para o Centro-Oeste onde essa queda foi

mais expressiva. Contudo, essa situação em 2006 ainda era muito preocupante nos serviços pessoais. Em 2006, em três os estados do Norte e em quatro do Nordeste o percentual de ocupados sem contribuição ultrapassava 80%, sendo a pior situação a do Piauí, onde 86,6% dos ocupados não contribuía para previdência.

Por fim, cabe aqui uma comparação da evolução do emprego entre os quatro grupos de serviços nos moldes da abordagem acima realizada. Primeiro no que tange ao crescimento das ocupações e depois em relação à falta de garantia previdenciária à mão-de-obra.

Em termos de crescimento do número de ocupados, foram os **Serviços Produtivos** que apresentaram a maior taxa de crescimento entre 1995 e 2006, bem acima da taxa de crescimento do total de empregos do macrosetor Terciário que cresceu consideravelmente, como é possível notar na Tabela 10. Contudo esse grupo é o que possuía o menor número de ocupados, por outro lado, apresentava o segundo menor percentual de ocupados sem contribuição. Segundo os dados de emprego da PNAD, o crescimento das ocupações no setor das Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços prestados, que respondia pela maioria dos empregos no grupo, foi o que mais se destacou. Sendo que a região que apresentou o maior crescimento foi a Região Norte, que apresentou a maior taxa de crescimento entre todas as categorias de Serviços.

**TABELA 10 - Total de Ocupados, percentual de ocupados sem contribuição à previdência e crescimento percentual dos ocupados segundo os grupos de serviços-BRASIL - 1995/2006**

Grupos(categorias)	1995	1995	2006	2006	2006/1995
	Total de ocupados	Sem Contribuição (%)	Total de ocupados	Sem Contribuição (%)	Variação (%)
Serviços Distributivos	13.573.594	33,9	19.490.936	41,3	43,6
Serviços Produtivos	4.069.804	24,0	6.901.758	26,2	69,6
Serviços Sociais (coletivos)	8.416.026	13,5	12.321.249	14,3	46,4
Serviços Pessoais	10.563.976	72,2	13.666.742	64,6	29,4
<b>Total</b>	<b>36.623.400</b>	-	<b>52.380.685</b>	-	<b>43,0</b>

Fonte: PNAD - Micro dados – Equipe do Prof. Cláudio Salvadori Dedecca/Cesit – Elaboração Própria

Já os **Serviços Pessoais**, que detinha o segundo maior contingente de ocupados apresentaram a menor taxa de crescimento no intervalo considerado. Esse era o grupo com o maior percentual de ocupações sem contribuição previdenciária. A taxa de crescimento dos **Serviços Distributivos** foi a segunda menor e esse grupo apresenta o segundo maior percentual de ocupações sem contribuição. O grupo dos **Serviços Sociais** é o que detinha o maior contingente de ocupado (37,2% do total de ocupados no terciário em 2006) com percentual significativo de ocupações sem contribuição previdenciária.

Por fim os **Serviços Sociais** apresentaram a segunda maior taxa de crescimento entre as categorias de serviços, com baixo percentual de ocupados sem contribuição previdenciária e detinham em 2006 uma parcela expressiva do total dos ocupados no Terciário brasileiro (23,5%).

Ainda é preciso destacar que foi expressivo o crescimento dos ocupados no macro setor Terciário brasileiro entre 1995 e 2006, seja em termos absolutos (acréscimo de 15,76 milhões de ocupações), seja em termos percentuais. Por outro lado, exceto pelos Serviços Pessoais, onde o percentual de ocupados sem contribuição previdenciária ainda é enorme, nos demais grupos este tipo ocupação aumentou no intervalo, destacando-se os Serviços Distributivos. Mas dado que o intervalo observado é de 11 anos seriam necessários outros estudos para qualificar sua importância em termos econômicos, inclusive considerando aspectos como remuneração, jornada de trabalho, rotatividade da mão de obra, perfil dos ocupados quanto à idade, sexo, vínculo de trabalho, etc.

## **5. Considerações Finais**

No desenrolar desse estudo, procuramos contribuir para um melhor entendimento do desenvolvimento recente do Terciário no Brasil, enfatizando sua importância para a economia nacional e os processos de modernização observados em vários de seus segmentos econômicos, assim como destacando comparações regionais, seja em termos da riqueza gerada (PIB) seja em termos de postos de trabalho. Não se trata, agora, de retomar todos os resultados da pesquisa e indicações apresentadas ou abordadas, mas de enfatizar alguns aspectos que merecem maior destaque e estudos mais aprofundados.

1) Como mencionado, as atividades típicas dos serviços vêm passando por modificações que incorporaram transformações, em grande parte facilitadas por avanços tecnológicos, que permitiram o surgimento e ou modernização de determinados tipos de serviços. Deve ser destacado que a reorganização do Terciário afetou o mercado brasileiro como um todo, influenciando decisivamente no ambiente concorrencial ao reduzir distâncias, estabelecer novas modalidades de comercialização, impor padrões tecnológicos e organizacionais, elevar exigências de produtividade e qualidade, etc. A busca de agilidade e flexibilização no processo produtivo está entre os fatores que contribuíram para ampliar a importância e condicionar o desempenho recente do Terciário no Brasil.



Se por um lado a modernização do terciário permitiu um avanço das grandes empresas sobre a periferia, por outro lado também vem permitindo o atrelamento e desenvolvimento de espaços econômicos a centros importantes de relações industriais e comerciais. Os avanços tecnológicos e o barateamento de determinados serviços de apoio à produção e comercialização contribuem para tal. Com destaque para as telecomunicações, especialmente no que tange à transmissão de dados por satélite; para o barateamento dos transportes e; para as facilidades de acesso aos serviços bancários. Ainda que tenha se avançado nesse sentido, muitos dos serviços modernos exigem unicamente condições de infra-estrutura de energia elétrica para instalação de terminais de computadores nas empresas ou cobertura da telefonia móvel. Ou seja, muitos serviços podem ser prestados a distância sem a necessidade da presença física de fornecedores. Esse novo contexto certamente vem e continuará afetando a economia regional do país.

2) No que tange a geração e distribuição da riqueza gerada medida pelo PIB, ainda que os dados por estados e macroregiões encubram muitos efeitos do reordenamento recente da economia brasileira e da modernização dos serviços de apoio à produção e distribuição foi possível notar uma pequena desconcentração da riqueza produtiva que vem acompanhada com uma desconcentração populacional. Também se observou uma alteração na composição interna do grande setor Terciário. Mas, o importante a destacar é a expansão e modernização dos serviços que vem afetando as relações econômicas na esfera produtiva (e entre os diversos setores do próprio Terciário), assim como a reconfiguração espacial dessas atividades. Mesmo de forma heterogênea, as implicações desse processo não podem ser desprezadas.

No caso da experiência brasileira, o desenvolvimento do Terciário no contexto da reestruturação econômica teve participação importante. A economia nacional foi palco de grandes transformações, nas quais os serviços modernizados e mais dinâmicos têm desempenhado um papel decisivo. O reordenamento da economia nacional e as novas formas de inter-relacionamento setorial vêm exercendo efeitos sobre a localização de muitas atividades econômicas. Além disso, os dados disponíveis indicam que as regiões e os estados mais desenvolvidos (notadamente os que apresentam as maiores estruturas industriais) continuam mantendo peso expressivo no PIB e no total das ocupações do terciário nacional. Certamente, isso tem sido influenciado pela expansão dos outros dois grandes setores da economia: a agropecuária e a indústria, assim como, as influenciará.

A desconcentração ocorrida nos serviços no período 1995-2007, além de insuficiente para reduzir significativamente a forte concentração ainda existente, acabou sendo, em parte, atenuada pela variação regional da população brasileira. Ou seja, em alguns estados e nas

macrorregiões mais pobres cresceram mais a população do que o PIB Total e setorial do Terciário, portanto, exercendo efeito redutor sobre o produto per capita.

Em termos setoriais, a análise dos dados sobre o crescimento do Terciário no Brasil nos leva a crer numa forte interdependência dos serviços com o desempenho da Indústria e da Agricultura. E não há razão para supor que tenha havido uma autonomização, como pode parecer a alguns analistas, que aponte para uma “economia auto-suficiente dos serviços” – isto é, para um rearranjo no qual o Terciário passe a ditar a dinâmica e o sentido do desenvolvimento capitalista e a puxar o crescimento da economia brasileira, arrastando consigo os demais setores. A evolução das ocupações mostra um crescimento maior justamente dos serviços produtivos, fortemente influenciados pelas atividades produtivas industriais e agroindustriais. Isso não quer dizer que não tenha aumentado a sinergia de determinados serviços e as demais atividade produtivas, o que certamente vem ocorrendo.

Na série das contas regionais que engloba o período 1995-2007, foi possível verificar que o consenso entre os pesquisadores de que nosso terciário frente aos outros dois grandes setores (Agricultura e Indústria) é o que mais cresceu passou a verificar. Em termos de crescimento, considerando os três macrosetores, nota-se que a Agropecuária apresentou o melhor desempenho no intervalo 1995-2004, enquanto o pior desempenho foi da Indústria.

3) No que tange ao emprego, destaca-se o expressivo crescimento dos ocupados no setor terciário brasileiro entre 1995 e 2006, seja em termos absolutos (acréscimo de 15,76 milhões de ocupações), seja em percentuais. Por outro lado, entre as quatro categorias de serviços, exceto pelos **Serviços Sociais**, onde o percentual de ocupados sem contribuição previdenciária ainda é enorme, nos demais grupos este tipo ocupação aumentou, destacando-se os **Serviços Distributivos**. Vale destacar que em todas as categorias as regiões Norte e Nordeste apresentaram as maiores taxas de ocupados sem contribuição.

A categoria com maior contingente de ocupados foram os **Serviços Distributivos**, compostos pelo setor Comércio e Reparações de veículos e objetos pessoais e de uso doméstico, que respondeu pela maioria dos empregos, e pelo setor de Transportes e Armazenagem. Nos serviços distributivos houve um crescimento de 43,6% do total das ocupações no Brasil entre 1995 e 2006. Em termos relativos, a Região Norte se destacou com 82% de crescimento e a Região Sudeste apresentou o pior desempenho no intervalo (39,1%), mas ainda concentrava 46% das ocupações dessa categoria de serviços em 2006, seguida pelo Nordeste com 24%.

Em relação aos **Serviços Produtivos**, compostos pela Atividade Imobiliária, Aluguéis e Serviços prestados principalmente às empresas, que responde pela maioria dos empregos

(cerca de 75%), e pelos setores de Comunicações e de Intermediação Financeira, houve um crescimento de 69,6% do total das ocupações no Brasil entre 1995 e 2006. Em termos relativos, o Norte se destacou com 126,8% de crescimento, sendo que a Região Sudeste apresentou o desempenho menos acentuado (60,1%), mas concentrava 57% das ocupações dos Serviços Produtivos em 2006, seguida pelo Nordeste e Sul (15% cada).

Os **Serviços Sociais** detinham em 2006 o terceiro maior número de ocupados entre as quatro categorias de serviços e apresentou um crescimento de 46,4% do total das ocupações entre 1995 e 2006. Este grupo é composto pelo setor de Educação e Saúde Mercantis e pela Administração Pública, Defesa e Seguridade Social, que respondiam pela grande maioria dos empregos em 2006 (75%). Em termos relativos, o Norte se destacou com 81% de crescimento e o Nordeste foi a que teve o pior desempenho (35,2%). O Sudeste ganhou participação no número de ocupados e era a região que mais concentrava ocupados nesse grupo em 2006 (45,6% das ocupações), seguido pelo Nordeste (24,1%).

Por fim, os **Serviços Pessoais**, com o segundo maior contingente de ocupados, apresentaram a menor taxa de crescimento entre 1995 e 2006 (29,4%). É composto pelos setores de Alojamento e Alimentação e dos Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais, e, ainda pelo setor de Serviços Domésticos, com praticamente 50% das ocupações do grupo. Nesse grupo a Região Norte também se destacou com 69,4% de crescimento dos ocupado, e a Região Sul teve o pior desempenho (19,8%).

Em suma, a região Norte apresentou as maiores taxas de crescimento das ocupações, o que contribui para desconcentração regional do emprego. Mas é preciso considerar que isso ocorreu, em parte, porque um pequeno crescimento nominal representa um grande crescimento em termos relativos, especialmente no Norte que apresenta pequenos contingentes de ocupados. Por outro lado, nessa região, assim como no Nordeste, as ocupações sem contribuição têm um peso muito elevado, revelando baixa proteção aos trabalhadores do setor. Por outro lado embora o Sudeste, em geral, tenha apresentado baixo crescimento do número de ocupados, em termos absolutos apresentou aumentos expressivos e as menores proporções de ocupados sem contribuição.

Para concluir, feitas as considerações finais, dado a importância dos efeitos do crescimento do terciário sobre o desenvolvimento econômico regional e a geração de empregos, deve-se destacar a importância de estudos sobre os estímulos e bloqueios resultantes da política macroeconômica recentemente adotada e sobre o atual papel do Estado na reorientação das atividades econômicas no País; considerando a importância da alocação dos fatores e de políticas voltadas para o desenvolvimento agrícola, industrial e regional.

## Bibliografia

- ARAÚJO, Tânia Bacelar de.** (2000) Ensaio sobre o Desenvolvimento Brasileiro: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Ed. Revan, Fase.
- AZEVEDO, Aroldo de.** (1956) Vilas e cidades do Brasil colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva. São Paulo, FFCL/USP (Boletim de Geografia).
- BAENINGER, Rosana; BRITO, Fausto.** Crescimento das Cidades, das Metrôpoles e do Interior do Brasil Contemporâneo. In: XII Encontro Nacional da ANPUR, Belém. Anais..., Belém, 2007, 1 cd-room.
- BROWNG, H. C., SINGELMANN, J.** (1978) The transformation of the US Labour Force: the interaction of industry and occupation. *Politics and Society*. Springfield: v. 8, n. 3-4, p. 481-509.
- CANO, Wilson.** (2007) Questão regional e urbana no Brasil: alguns impasses atuais. IN: DINIZ, Clélio Campolina (org.). **Políticas de desenvolvimento regional – desafios e perspectivas á luz das experiências da União Européia e do Brasil**. Brasília, Editora da UNB, p. 249-265.
- \_\_\_\_\_. (1998) Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil. Campinas: IE/UNICAMP, (coleção 30 anos de Economia, v.2).
- CARNEIRO, Ricardo M.** (1999) A globalização financeira: origem, dinâmica e perspectivas. Campinas: IE/UNICAMP, Texto para Discussão n. 90, out.
- CARVALHO, M. S.** (2004) Absorção de mão-de-obra no setor de serviços brasileiro dos anos 90. Campinas: IE/UNICAMP, setembro. (Dissertação de Mestrado)
- CERQUEIRA, Ana C.** (2005a) Transformações no Emprego no Setor Público Brasileiro nos Anos 90. In: Mercado de Trabalho e Modernização no Setor Terciário Brasileiro: estudos DIEESE/CESIT. São Paulo, DIEESE – Campinas, CESIT. CD-ROOM
- COSTA FILHO, Samuel & SILVA, Ricardo A.** (2001) Aspectos da Economia Brasileira nos Anos 90. *Informe Econômico*. Terezina - PI : UFPI/Dpto de Economia, n. 11, janeiro.
- DEDECCA, Claudio Salvadori.** (2001) Anos 90: a desigualdade com estabilidade. In: Anais do XXV Encontro Nacional da ANPOCS. Caxambu: ANPOCS, outubro.
- \_\_\_\_\_. (1997) Racionalização Econômica, Emprego e Relações de Trabalho no Capitalismo Avançado. Campinas: IE/Unicamp, julho. (Tese de Livre-Docência)
- DEDECCA, C. & MONTAGNER, P.** (1992) Crise econômica e desempenho do terciário. in: *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 6, n.3, jul / set.
- DINIZ, Clélio Campolina.** (2000a) Global-Local: Interdependências e Desigualdades ou Notas para uma Política Tecnológica e Industrial Regionalizada no Brasil. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, Estudos Temáticos/Nota Técnica 9, julho.
- \_\_\_\_\_. (2000b) A nova geografia econômica do Brasil. in: Brasil, 500 Anos: futuro, presente, passado. (VELLOSO, J. P. dos Reis - coord.) Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, p. 303-351.
- \_\_\_\_\_. **& GONÇALVES, E.** (2000c) Possibilidades e Tendências Locacionais da Indústria do Conhecimento no Brasil. XXVIII Encontro Nacional de Economia. Anais. Campinas: ANPEC.
- FARIA, Vilmar.** (1976) O sistema urbano brasileiro: um resumo das características e tendências recentes. São Paulo, **Estudos do CEBRAP**, nº 18, out.-dez., p. 91-116.
- \_\_\_\_\_. (1991) Cinqüenta anos de urbanização no Brasil. São Paulo, **Novos Estudos CEBRAP**, nº 3, 1991, p. 98-119.
- KON, A.** (2004) Economia de Serviços. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 1ª Edição.
- \_\_\_\_\_. (2002) Unidade e Fragmentação: a questão regional no Brasil. Kon, Anita (org.). São Paulo: Editora Perspectiva.
- \_\_\_\_\_. (2001) Atividades Terciárias: induzidas ou indutoras do desenvolvimento econômico? In: Seminário em Comemoração do Centenário de Nascimento de Raul Prebisch. Rio de Janeiro: IE/UFRJ. (mimeo).

- MACEDO, Fernando César de.** (2008) Padrões de organização espacial no Brasil, estrutura econômica e inserção externa. In: XIII Encontro Nacional de Economia Política. João Pessoa: Anais..., João Pessoa, 2007, 1 cd-room.
- OLIVEIRA, Francisco de.** O Estado e o urbano no Brasil. In Espaço e Debates, vol. 6: 36-54, 1982.
- MELO, H. P. et alli.** (1998) O setor de serviços no Brasil: uma visão global (1985-1995). Rio de Janeiro: IPEA, TD n. 549.
- MEIRELLES, D. S.** (2003) O setor de serviços e os serviços de infra-estrutura econômica. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, agosto. (Tese de Doutorado)
- OLIVEIRA, Hipólita Siqueira de.** (2005) A Introdução de Inovações Tecnológicas e Organizacionais nas Grandes Redes de Comércio Varejista e Atacadista e nos Serviços de Telecomunicações dos Grandes Aglomerados Urbanos do Brasil. In: Mercado de Trabalho e Modernização no Setor Terciário Brasileiro: estudos DIEESE/CESIT. São Paulo, DIEESE – Campinas, CESIT. CD-ROOM
- OLIVEIRA, Milena F.** (2005) Análise dos impactos da modernização tecnológica no sindicalismo, nas relações de trabalho e nas negociações coletivas do subsetor bancário na década de 90. In: Mercado de Trabalho e Modernização no Setor Terciário Brasileiro. São Paulo, DIEESE – Campinas, CESIT. CD-ROOM
- PACHECO, Carlos Américo.** (1998) Fragmentação da Nação. Campinas: UNICAMP/IE.
- PRONI, Marcelo W.; SILVA, Ricardo A. & OLIVEIRA, Hipólita S.** (2005) A modernização econômica no setor terciário no Brasil. In: O trabalho no setor terciário. São Paulo: Dieese. Campinas: IE/CESIT/UNICAMP.
- PUGA, Fernando P.** (1999) Sistema Financeiro Brasileiro: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial. Rio de Janeiro: BNDES, mar.
- SANTOS, V. M.** (2002) O Setor de Serviços: Notas relacionadas ao Desenvolvimento Econômico e à Dinâmica Espacial. II Encontro Brasileiro de Estudos Regionais e Urbanos – ABER. São Paulo: FGV-SP, 20-22/outubro.
- SILVA, Ricardo Azevedo.** (2005) Perfil e Reordenamento das Atividades Terciárias na Década de 1990 no Brasil. In: Mercado de Trabalho e Modernização no Setor Terciário Brasileiro: estudos DIEESE/CESIT. São Paulo, DIEESE – Campinas, CESIT. CD-ROOM (entregue para publicação em abril de 2004)
- \_\_\_\_\_. (2005b) Crescimento Econômico, Desenvolvimento Social e Regional: o caso do Ceará no contexto da Região Nordeste. Revista Redes. Santa Cruz do Sul-RS: UNISC/CEPEDER, vol 10 nº 2, mai/ago.
- \_\_\_\_\_. (2002) Reconfiguração das Atividades Produtivas na Década de 1990. In: DIEESE & CESIT (org.) *Emprego e desenvolvimento tecnológico: estudos Dieese/Cesit.* São Paulo: Dieese; Campinas: Cesit. CD-ROOM
- \_\_\_\_\_. (2001) Aspectos da Privatização no Brasil. *Informe Econômico.* Terezina - PI : UFPI/Dpto de Economia, n. 12, abril.
- SILVA, Ricardo A. et all.** (2007) O Setor Terciário. In: Economia Paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005. (Orgs: Wilson Cano, Carlos A. Brandão, Cláudio S. Maciel e Fernando C. Macedo) Campinas: Ed. Alínia, cap. 5, jan.
- SILVA, Ricardo A. & Krein, J. Dari.** (2007) As Mudanças no Setor de Telecomunicações no Brasil e suas Implicações para Discutir a Qualificação Profissional. In: Educação Integral dos Trabalhadores: setores econômicos. (Domingues, Marta r. & Teixeira, Marilane O., orgs.) São Paulo: CUT, 2007.
- SINGER, P.** (1979) Economia dos Serviços. In: Estudos CEBRAP. São Paulo: CEBRAP, n. 24, p. 127-136.

## ANEXO METODOLÓGICO

### QUADRO 2 - Classificação de Browning & Singelmann (six-sector escheme) e adaptação das diferenças em relação à classificação setorial do IBGE

O Terciário é desagregado em 10 setores que adequamos distribuindo-os entre as seis categorias do esquema de Browning e Singelmann (B&S) abaixo relacionadas.

#### 1. Atividades Extrativas (Primário)

Agrícola (*Lavouras, pecuária e silvicultura*)

B&S incluem aqui o segmento de *mineração* que nas contas nacionais pertence à Indústria extrativa Mineral

#### 2. Atividades Transformativas - Industriais (Secundário)

Indústria extrativa Mineral

Indústria de Transformação: *alimentos, têxtil, química, metal-mecânica (metal, machinery), e outras atividades (miscellaneous manufacturing)*

Construção Civil

Serviços de Utilidade Pública - SIUP (*utilities*)

*Obs: no setor primário estão todas as atividades agropecuárias e o segmento de mineração da indústria extrativa mineral por terem relação estreita na geração de riquezas com os recursos naturais (terra e águas) –os autores as inserem entre as atividades extrativas. Assim, na classificação do PIB adotada pelas contas nacionais a Indústria por conter esse segmento (atualmente bem mais complexo em sua operação) não corresponde ao que os autores nomeiam atividade transformativa, correspondente ao secundário. Por outro lado, os autores não classificam todas as atividades restantes em conjunto como Terciário unicamente e dividem o mesmo em quatro setores de serviços: distributivos, produtivos, sociais e pessoais.*

**Terciário –(quando houve problema de adequação de segmentos consideramos os segmentos que mais pesam PIB)**

#### 3. Serviços distributivos (servem principalmente às empresas que geram o maior parte do seu PIB)

1. Transportes & Armazenagem; *problema – também serve pessoas, peso menor mas não insignificante.*

2. Comércio & Reparações (atacadista e varejista, exceto restaurantes, lanchonetes, etc; mas segundo B&S não contem o segmento de reparação de objetos pessoais com peso bem menor no PIB desse setor. Também servem pessoas mas seu peso no PIB é menor.

#### 4. Serviços produtivos - complementares (maior determinante de seu crescimento é a indústria)

3. Comunicação (exceto correios) – *problema: também serve pessoas mas o peso menor: 20%*

4. Instituições Financeiras (bancos, seguros, financeiras e outros)

5. Atividades Imobiliárias, Aluguel e Serviços prestados às empresas (imobiliários & serviços jurídicos, de contabilidade e escrituração mercantil, engenharia e outros profissionais (*miscellaneous business services*))

#### 5. Serviços Sociais

6. Saúde e educação Mercantil (saúde, educação)

7. Administração Pública, Defesa e Seguridade Social (defesa, governos e outros sociais. *weelfare*).

10. Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais (incluem *serviços religiosos que tem peso menor*)

*Obs: B&S incluem aqui o segmento Correios (postal services); mas este serve mais às empresas e seu peso no PIB das Comunicações, ao qual pertence nas contas nacionais é inferior a 20%, assim foi mantido na adequação nos Serviços produtivos.*

#### 6. Serviços Pessoais

8. Serviços domésticos

9. Alojamento & Alimentação (hotéis e pousadas (*lodging*), etc & restaurantes, lanchonetes, etc)

10. Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais: Lavanderia e Limpeza (*laundry and dry cleaning*), Beleza/Estética, Entretenimento, outros pessoais (*miscellaneous personal services*); exceto religião.

*Obs: B&S incluem aqui Reparações de objetos pessoais, mas na adequação estão dentro do Comércio e reparações em serviços distributivos.*

Fonte: Elaboração própria (adaptação de Silva, R. A.)

**Obs: o IBGE não desagrega mais o PIB do Terciário em 10 setores**